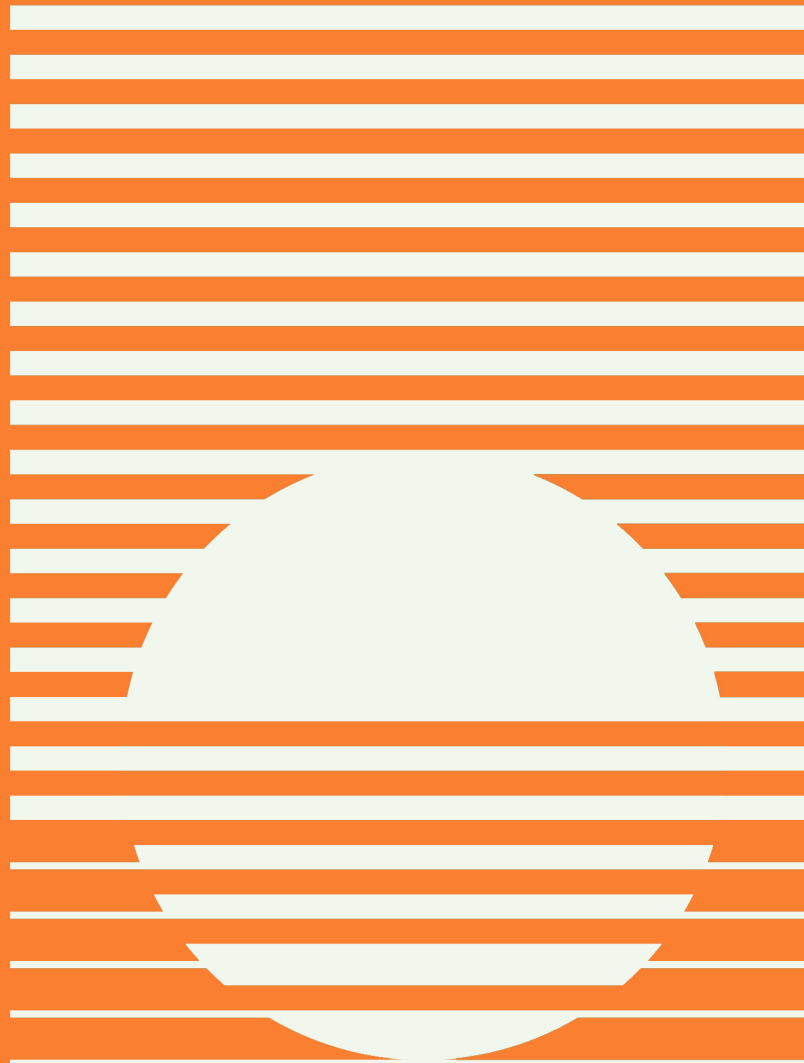


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



12
2023

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editora Executiva: Kethlyn Gabi Winter da Silva

Editor Adjunto: Felipe Vidal Benvenuto Alberto

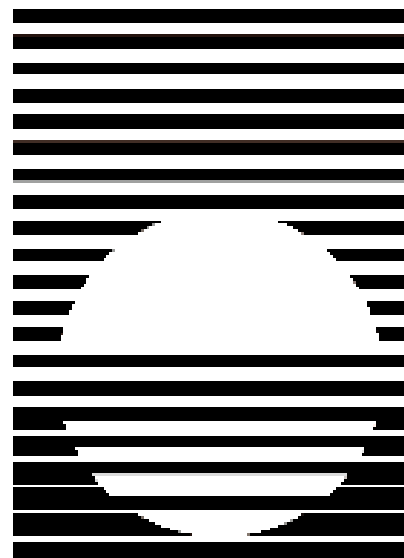
Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, Beatriz Bandeira de Mello, Beatriz Santos, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Campbell, Guilherme France, Guilherme Fritz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado Reis, Kethlyn Winter, Marília Closs, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 05

Brasil anuncia retomada de obras de logística na América do Sul

Brasil realiza dois novos voos de repatriação de brasileiros e familiares em Gaza

Brasil e Uruguai inauguram primeiro aeroporto binacional da América Latina

Página 06

Decreto de Milei provoca protestos na Argentina

Chile rejeita uma nova proposta de Constituição pela segunda vez em um ano

Página 07

Petro condena conflito em Gaza em discurso sobre os efeitos da crise climática no Sul Global na COP 28

Colômbia retorna à Unasul em meio a reativação institucional do bloco

Página 08

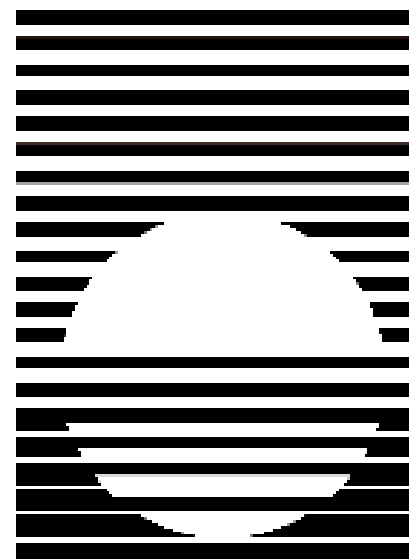
Equador preside Conselho de Segurança das Nações Unidas

Venezuela realiza referendo consultivo sobre Essequibo

Página 09

Tensão entre Guiana e Venezuela mobiliza Brasil e EUA

Mercosul discute comércio e aborda situação de Essequibo propondo mediação regional



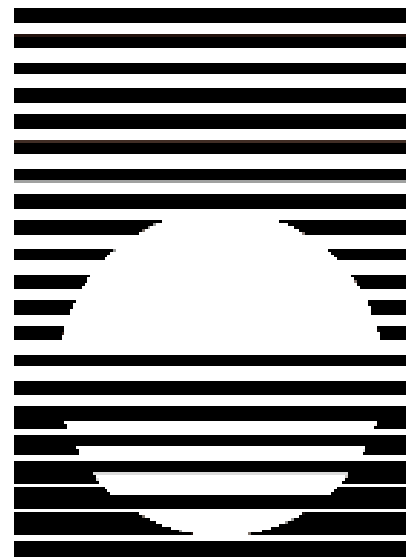
SUMÁRIO

Página 10

Presidentes de Venezuela e Guiana se encontram e tensão diminui

Índia defende reequilíbrio e multipolaridade durante encontro estratégico com Rússia

Expansão dos BRICS, conflito com a Ucrânia e presença na África voltam à pauta russa



Brasil anuncia retomada de obras de logística na América do Sul

No dia 7 de dezembro, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que destinará US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 50 bilhões) em apoio financeiro e técnico para projetos de infraestrutura na América do Sul. Por sua vez, em outro evento realizado no dia 12 de dezembro, a ministra brasileira do Planejamento, Simone Tebet, detalhou que o governo federal pretende concluir, até 2027, cinco grandes rotas de integração do Brasil com a América do Sul, a fim de expandir o comércio com a vizinhança e também com a Ásia. Serão concluídas ou finalizadas 124 obras, como rodovias, hidrovias, ferrovias, pontes, portos, aeroportos e linhas de energia elétrica. Os recursos serão oriundos tanto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujos valores ainda não foram divulgados, quanto do fundo “Rotas para Integração”, que será criado e somará cerca de R\$ 50 bilhões por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, R\$ 15 bilhões), do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF, R\$ 15 bilhões), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, R\$ 17 bilhões) e do Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata, R\$ 3 bilhões). As cinco rotas são: 1) Ilha das Guianas (conexão de Amapá e Roraima a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela), 2) Multimodal Manta-Manaus (conexão de Amazonas, Pará, Amapá e Roraima a Colômbia, Peru e Equador), 3) Quadrante Rondon (conexão de Acre, Rondônia e Mato Grosso a Peru e Bolívia), 4) Capricórnio (conexão de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina a Paraguai, Argentina e Chile), e 5) Porto Alegre-Coquimbo (conexão do Rio Grande do Sul a Argentina, Uruguai e Chile).

Fontes: [Poder 360](#), 07/12/2023; [CNN Brasil](#), 07/12/2023; [Valor](#), 12/12/2023.

Brasil realiza dois novos voos de repatriação de brasileiros e familiares em Gaza

O governo do Brasil seguiu em dezembro com os esforços para repatriar brasileiros e seus parentes sitiados na Faixa de Gaza, realizando dois novos voos partindo do Egito. O primeiro decolou no dia 10, com 48 pessoas a bordo. O grupo fazia parte de uma lista de 102 nacionais e parentes que o país desejava resgatar, sendo que 24 delas não foram autorizadas a deixar a fronteira por Israel. No dia 9, o Ministro

das Relações Exteriores, Mauro Vieira, chegou a se encontrar na Argentina, durante a cerimônia de posse do novo presidente, Javier Milei, com o Chanceler de Israel, Eli Cohen, e pediu pessoalmente que o país reavaliasse os vetos. Após as negociações, foram liberadas mais 16 pessoas entre as 24 que haviam sido previamente vetadas, com o segundo voo decolando no dia 22, com 32 pessoas no total. Nos voos de ida foi levada ajuda humanitária, com doações de alimentos, purificadores de água e kits voltáicos.

Fontes: [O Globo](#), 10/12/2023; [CNN Brasil](#), 11/12/2023; [Exame](#), 21/12/2023; [O Globo](#), 21/12/2023; [Carta Capital](#), 22/12/2023.

Brasil e Uruguai inauguram primeiro aeroporto binacional da América Latina

No dia 11 de dezembro, foi formalizada a inauguração do Aeroporto de Rivera entre Brasil e Uruguai, compromisso anunciado pelo presidente Lacalle Pou e o seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2023. Rivera é uma cidade uruguaia que faz fronteira com a cidade brasileira de Santana do Livramento, localizada no estado do Rio Grande do Sul. Com este evento, o aeroporto de Rivera torna-se o primeiro aeroporto binacional da América Latina e o segundo deste tipo no mundo. Esta inauguração foi liderada pelo presidente uruguaio e contou com a presença de autoridades brasileiras como o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o governador do estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Em seu discurso inaugural, Lacalle Pou expressou respeito a concretização do projeto entre as partes e afirmou que “houve escuta, decisão política e confiança na palavra empenhada”. A binacionalização do aeroporto de Rivera autoriza a execução de voos de empresas aéreas brasileiras, com destino a região de Rivera, que podem ser equiparados a voos domésticos, o que traria como vantagem viagens com passagens mais baratas para a região, fortalecendo tanto o aumento do turismo quanto do fluxo comercial entre os dois países. Do lado uruguaio, a binacionalização favorece, principalmente, os produtores da região ao traçar uma rota alternativa e mais barata para o escoamento de sua produção para Brasil e outros países da América do Sul. Nas palavras de Lacalle Pou, “os produtores do nordeste possuem hoje a possibilidade de ir ao Rio Grande e não percorrer centenas de quilômetros até Montevidéu ou Nueva Palmira”. No dia 19 de dezembro, a *Dirección Nacional de Aviación Civil e Infraestructura Aeronáutica* (DINACIA) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovaram a

resolução para que empresas de aviação brasileiras possam utilizar as instalações do aeroporto de Rivera para operar voos domésticos. Assim sendo, esta medida promove maior integração entre Uruguai e Brasil, abrindo novas possibilidades para a expansão da integração regional e da cooperação entre os dois Estados. Para exemplificar este momento, Lacalle Pou ressaltou as novas obras de infraestrutura acordadas entre os países como a construção da Hidrovia Uruguai-Brasil, na bacia da Lagoa Mirim, e a construção da ponte sobre o Rio Jaguarão, ligando as cidades de Jaguarão (RS) e Rio Branco (Uruguai).

Fontes: [GOV.BR](#), 11/12/2023; [GUB.UY](#), 11/12/2023; [Grupo Multimedio](#), 12/12/2023; [G1](#), 12/12/2023; [GOV.BR](#), 19/12/2023.

Decreto de Milei provoca protestos na Argentina

No dia 10 de dezembro, Javier Milei tomou posse como presidente da Argentina. A cerimônia contou com a presença de líderes da extrema direita mundial, como o presidente da Hungria, Viktor Órban; o presidente do partido espanhol Vox, Santiago Abascal, e o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro. O presidente Lula, por sua vez, não participou da posse, e o Brasil foi representado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O discurso de Milei chamou a atenção por dois fatos inusuais. O primeiro foi o ato simbólico de discursar de costas para o Congresso e de frente para o povo que lhe assistia, rompendo com o protocolo seguido por seus antecessores, o que foi interpretado por alguns como uma demonstração de desprezo às instituições. O segundo fato a ser destacado foi a ênfase dada aos indicadores negativos da economia e o tom pessimista com relação aos dois próximos anos. Milei afirmou que, de início, haverá uma combinação de estagnação e inflação, o que impactará negativamente o emprego e a pobreza, mas esse seria o “último gole amargo para reconstruir a Argentina”. No dia 12 de dezembro, o ministro da Economia, Luis Caputo, apresentou as primeiras medidas do novo governo, dentre as quais estão a redução de subsídios aos setores de energia e transporte e a desvalorização do peso em mais de 50%, o que vêm gerando mais inflação. No dia 14, a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, anunciou que as forças de segurança federais poderão intervir para evitar os cortes de vias, conhecidos como piquetes, muitos comuns em manifestações no país. Tal medida foi interpretada por diferentes setores, sobretudo os movimentos sociais, como uma restrição ao direito de

protesto. No dia 20, o presidente anunciou mais uma série de medidas polêmicas. Por meio de um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) com 366 artigos, Milei revogou diversas normas, com o objetivo de flexibilizar o regime trabalhista, em favor dos empresários; de desmantelar o sistema de controle de preços; e de suspender as regras que limitavam a concentração de terras e a possibilidade de estrangeiros adquirirem terras em território nacional. Além disso, o “super decreto” transforma as empresas estatais em sociedades anônimas, abrindo o caminho para futuras privatizações, e acaba com a Lei dos Aluguéis, aprovada em 2021, que prevê medidas que protegem os inquilinos. O DNU, contudo, precisa da aprovação de uma comissão bicameral, composta por oito senadores e oito deputados. A coalizão de Milei, a Libertad Avanza, é minoritária no Legislativo e vem enfrentando dificuldade de conseguir apoio, o que pode resultar na revogação do decreto presidencial, fato inédito nos 40 anos de democracia na Argentina. Mesmo que o presidente consiga reunir os votos suficientes, o Judiciário deve ser acionado, já que há fortes acusações de que o decreto é inconstitucional. Nas ruas, centenas de argentinos se manifestaram contra as medidas decretadas. Houve protestos em diversas cidades em todo o país.

Fontes: [G1](#), 10/12/23; [La Nación](#), 15/12/23; [Página 12](#), 22/12/23; [G1](#), 22/12/23.

Chile rejeita uma nova proposta de Constituição pela segunda vez em um ano

No dia 17 de dezembro, a maioria da população chilena rejeitou um novo projeto de Constituição para o país, que substituiria a Constituição de 1980, elaborada durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). O referendo teve participação de 84% dos cidadãos aptos a votar, segunda maior taxa de participação em esquema de votação obrigatória no Chile. Cerca de 13 milhões de eleitores foram às urnas, dos quais 55,7% votaram contra o texto da nova Constituição e 44,2% votaram a favor. A proposta rejeitada havia sido elaborada por um Conselho Constituinte que foi estabelecido em maio deste ano, por voto popular, com a maior parte de seus assentos ocupados por conselheiros de extrema-direita. O texto trazia retrocessos em temas sensíveis, como na questão migratória, que foi reativada no debate público do país nos últimos meses, em meio à piora nos índices de segurança nacionais. Fizeram parte da campanha pelo rechaço do texto da nova

Constituição a coligação governista, Frente Ampla, junto à ex-presidente Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018). A coligação de direita tradicional Chile Vamos e o Partido Republicano, principal agremiação de extrema-direita no país, fizeram campanha pela aprovação do texto da nova Constituição. A elaboração de uma nova Constituição foi uma das saídas acordadas para o fim da série de protestos que ficou conhecida como “estallido social”, em 2019, mas tem origem em uma demanda histórica da esquerda pela substituição da Constituição de 1980. Desde então, estabeleceu-se a Assembleia Nacional Constituinte por voto popular em 2021, que elaborou uma proposta de Constituição que foi rejeitada por um referendo em setembro de 2022. Após o rechaço da proposta, as forças políticas chilenas estabeleceram, em dezembro de 2022, um novo pacto para a elaboração de uma proposta de Constituição, o “Acuerdo por Chile”, que indicou a criação de um novo Conselho Constituinte, também por votação popular, para redigir a proposta de Constituição com base em um anteprojeto elaborado por especialistas e de acordo com fronteiras constitucionais pré-estabelecidas. É no âmbito do pacto “Acuerdo por Chile” que o referendo de 17 de dezembro se inseriu. Em discurso após o resultado do referendo, o presidente Gabriel Boric afirmou que esta foi a última tentativa de substituir a Constituição de 1980 em seu mandato. Para Boric, o processo constitucional não foi capaz de canalizar as esperanças da população de “ter uma Constituição redigida para todos”, mas ainda há espaço para mudanças que agora são mais urgentes, como a busca de consensos em torno da reforma previdenciária.

Fontes: [OPSA](#), 14/12/2022; [Servicio Electoral de Chile](#), 17/12/2023; [La Tercera](#), 17/12/2023; [La Tercera](#), 18/12/2023; [La Nación](#), 18/12/2023; [OPSA](#), 18/12/2023.

Petro condena conflito em Gaza em discurso sobre os efeitos da crise climática no Sul Global na COP 28

Durante os dias 30 de novembro a 13 de dezembro, ocorreu a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28), em Dubai, Emirados Árabes Unidos. Presente na principal conferência global para o clima, o presidente Gustavo Petro apresentou, em seu discurso, temas já recorrentes em sua agenda, como a troca de ação climática pela redução da dívida externa, políticas de mitigação e adaptação para enfrentar as

consequências já observadas pelos efeitos adversos da crise climática, e meios práticos de fazer frente à mesma. No entanto, o que chamou atenção durante os nove minutos de discurso na plenária foi a condenação do conflito em Gaza, afirmando que “o genocídio e a barbárie desencadeados sobre o povo palestino é o que aguarda o êxodo dos povos do Sul desencadeado pela crise climática”. Segundo Petro, esta previsão se confirmará caso os países portadores de maiores riquezas e principais consumidores de carbono não deixem de consumir combustíveis fósseis, o que poderá colocar em xeque a humanidade. O presidente lembrou que a maior parte das vítimas das mudanças climáticas estarão em países que não emitem, ou emitem muito pouco CO₂, o que demonstra a desigualdade e a injustiça ambiental sofrida pelos grupos mais vulneráveis na crise climática. Ainda em relação ao êxodo dos países do Sul ao Norte Global, nas palavras de Petro: “Será respondido com muita violência e com a própria barbárie. O que vemos em Gaza é o ensaio do futuro”. Petro também questionou a ascensão da extrema-direita e a relação que os ideais desta corrente possuem com a defesa de altos níveis de consumo de carbono, além de fazer uma analogia aos ideais fascistas ao mencionar que o êxodo em massa terá respostas dura do Norte. Por fim, o presidente confirmou que a Colômbia já deixou de firmar acordos de exploração de petróleo, gás e carvão, além de ter desmantelado o subsídio à gasolina e proposto a proibição mundial do fracking. No dia 02 de dezembro, o país aderiu ao Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, juntando-se a outros nove Estados que se comprometem a zerar novos investimentos nestas fontes. Para Petro, esta iniciativa “não é um suicídio econômico. Estamos aqui detendo um suicídio de toda a vida no planeta”.

Fontes: [El Espectador](#), 01/12/2023; [El Tiempo](#), 01/12/2023; [El Tiempo](#), 27/10/2023; [El Espectador](#), 01/12/2023; [El País](#), 01/12/2023; [Folha De S. Paulo](#), 02/12/2023.

Colômbia retorna à Unasul em meio a reativação institucional do bloco

No dia 5 de dezembro, o Ministério de Relações Exteriores da Colômbia oficializou a reincorporação do país na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), depois de 5 anos de ausência. De acordo com o comunicado, a decisão reflete o compromisso do país com a “unidade regional” e responde aos planos do presidente Gustavo Petro de “fortalecer os laços de colaboração com a América do Sul”. Já

no dia 14, foi anunciada a reativação institucional da UNASUL e a retomada das reuniões do Conselho de Delegadas e Delegados do organismo, sendo a primeira delas já realizada no Brasil com a participação de representantes de Bolívia, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana. As recentes decisões fazem parte dos desdobramentos da reunião de líderes sul-americanos, organizada pelo governo brasileiro e realizada em maio deste ano em Brasília. Durante esta Cúpula, não houve consenso dos representantes sul-americanos sobre o papel da UNASUL, uma vez que Uruguai, Paraguai e Chile resistiram em fazer qualquer menção ao bloco e defenderem uma integração “sem ideologia e focada em pilares pragmáticos”. Segundo o jornal *Tiempo Argentino*, a atual revitalização da UNASUL pode amenizar as tensões entre Venezuela e Guiana e diminuir os impactos da eleição de Javier Milei na Argentina sobre a região. Até o momento, o governo argentino não decidiu sua posição em relação ao bloco, ou seja, se pretende continuar ou abandonar a UNASUL.

Fontes: [Cancillería de Colombia](#), 5/12/2023; [Tiempo Argentino](#), 14/12/2023; [Telesur](#), 15/12/2023; [Últimas Noticias](#), 15/12/2023.

Equador preside Conselho de Segurança das Nações Unidas

No dia 1º de dezembro, o Equador assumiu a presidência rotativa mensal do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), função que ocupou até 31 de dezembro de 2023. É a quarta vez que o Equador ocupa um assento rotativo no CSNU, após um hiato de 32 anos desde a última ocasião em que foi eleito para assumir a posição no órgão, em 1991. O advogado José de la Gasca, embaixador nomeado por Daniel Noboa para as Nações Unidas, iniciou suas funções no mesmo dia, com o objetivo de fortalecer diversas agendas do Equador junto à organização, como juventude, paz e segurança. Em sua primeira conferência de imprensa, o embaixador declarou que suas prioridades no CSNU são a resolução pacífica de controvérsias, proteção de civis em conflitos, fortalecimento da paz por meio da prevenção de conflitos, não proliferação nuclear e combate ao tráfico ilícito de armas. No dia 7 de dezembro, o presidente equatoriano presidiu a sessão do CSNU, que tratava sobre redes criminosas transnacionais, agenda prioritária de seu governo, além de tocar de maneira superficial em crises internacionais recentes, como as que ocorrem em Gaza e Haiti. Havia a expectativa de que Daniel

Noboa trataria do tensionamento entre Venezuela e Guiana pelo território de Essequibo, o que não foi abordado pela representação equatoriana. Em 11 de dezembro, José de La Gasca integrou visita oficial do CSNU a cidade de Rafah, no Egito, para entender os obstáculos para o acesso de ajuda humanitária para a Faixa de Gaza, e declarou que ‘a realidade é muito pior do que pode se descrever com palavras’. Sob a presidência equatoriana, foram votadas duas resoluções sobre um cessar-fogo em Gaza no CSNU, uma em 8 de dezembro, vetada pelos EUA, e outra em 22 de dezembro, que foi aprovada graças às duas semanas de negociações que modificaram o texto da resolução para evitar um novo veto estadunidense, incluindo uma condenação aberta ao Hamas e excluindo menção a um possível cessar fogo, restringindo o texto a facilitação do acesso da população de Gaza à assistência humanitária externa.

Fontes: [El Universo](#), 01/12/2023; [El Universo](#), 07/12/2023; [El Mercurio](#), 07/12/2023; [G1](#), 08/12/2023; [ABC](#), 11/12/2023, [El País](#), 11/12/2023; [G1](#), 22/12/2023.

Venezuela realiza referendo consultivo sobre Essequibo

No dia 3 de dezembro de 2023 foi realizado um referendo consultivo na Venezuela. Tal referendo dizia respeito à disputa entre o país e a Guiana pelo território do Essequibo. O pleito foi composto por 5 perguntas, cujas respostas eram “sim” ou “não”. No caso de todas as respostas, o “sim”, que indicava proximidade ao que busca o governo de Nicolás Maduro, venceu. Dentre as perguntas, a mais relevante para os futuros passos do governo era a que consultava os eleitores acerca da formação de um novo estado venezuelano, a Guiana Essequiba. Dados do boletim eleitoral afirmam que 10.431.907 pessoas votaram na consulta popular. No entanto, a oposição ao governo argumenta que, na realidade, somente 2.110.864 eleitores participaram. Todavia, o primordial para a administração de Maduro consistiu no fato de que o “sim” venceu em todas as 5 questões. E, com isso, foi conferida legitimidade por parte da população venezuelana para que medidas fossem anunciadas pelo governante bolivariano, as quais consistiram em: concessão de carteira de identidade para habitantes do Essequibo; instalação de uma zona militar em Tumeremo; a criação da PDVSA-Essequibo; nomeação de um membro das forças armadas à frente da nova região; distribuição nacional do novo mapa da Venezuela com a incorporação do

território; criação de uma lei de proteção ambiental para o território; formação de uma Comissão Nacional de defesa da Guiana Essequiba; e, por fim, a criação de uma Lei Orgânica para a Guiana Essequiba, instrumento jurídico que daria forma administrativa, política e territorial para o novo estado. A maior parte das medidas elencadas não foram plenamente implementadas devido a repercussão internacional que a disputa teve, afinal, no dia 14 de dezembro foi realizada uma reunião de alto nível entre as partes e começou a gestar-se um processo de diálogo entre elas, com mediação do governo do Brasil. A mediação logrou frear a escalada da retórica e diminuiu a atenção política conferida pelo governo venezuelano ao tema.

Fontes: [Efecto Cocuyo](#), 04/12/2023; [El Nacional](#), 04/12/2023; [Efecto Cocuyo](#), 06/12/2023; [El Nacional](#), 07/12/2023; [El Nacional](#), 09/12/2023; [El Nacional](#), 14/12/2023.

Tensão entre Guiana e Venezuela mobiliza Brasil e EUA

No dia 5 de dezembro, Maduro anunciou uma série de medidas para reivindicar o território de Essequibo como venezuelano: um projeto de lei para criar o Estado de Guiana Essequiba, a nomeação do general Alexis Rodriguez Cabello como autoridade única da região, a montagem de um posto militar na cidade de Tumeremo, perto da fronteira da Guiana, uma ordem para que a empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) distribuisse licenças para a exploração de petróleo na região e uma sugestão de entrega de carteiras de identidade venezuelanas para a população de Essequibo. Prontamente, Irfaan Ali, presidente da Guiana, qualificou as atitudes como “ameaça direta”. Outros países também se mobilizaram diante da tensão. O Brasil enviou 16 blindados para a fronteira com a Venezuela. O Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, viajou para a Guiana, no dia 6 de dezembro, e reforçou o apoio dos Estados Unidos à integridade do território guianês. O Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM), em colaboração com a as Forças de Defesa da Guiana (GDF), anunciou que realizará operações de voo como exercícios de cooperação militar entre os países. Na busca por uma desescalada da tensão, no dia 14 de dezembro, Irfaan Ali e Nicolás Maduro reuniram-se em São Vicente e Granadinas para um diálogo sobre a questão.

Fontes: [El Nacional](#), 05/12/2023; [Nexo](#), 07/12/2023; [Estadão](#), 08/12/2023; [O Globo](#), 09/12/2023; [Folha de S. Paulo](#), 12/12/2023; [Folha de S. Paulo](#), 14/12/2023; [Estadão](#), 14/12/2023; [El País](#), 15/12/2023; [G1](#), 24/12/2023.

Mercosul discute comércio e aborda situação de Essequibo propondo mediação regional

Entre os dias 4 e 7 de dezembro, representantes da sociedade civil, chanceleres e chefes de Estado do Mercosul se encontraram na cidade do Rio de Janeiro para discutir o futuro do bloco. A programação dos quatro dias contou com a Cúpula Social do Mercosul, retomada após sete anos, a Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMD) e a 63ª Cúpula de Presidentes, realizada no dia 7. Além de concluir o processo de adesão da Bolívia e assinar o acordo de livre-comércio com Singapura, o primeiro com um país asiático, as autoridades mercosulinas discutiram aspectos comerciais e a situação de Essequibo, que envolve Venezuela e Guiana. No dia 6 de dezembro, o chanceler uruguaio, Omar Paganini, defendeu a modernização e a flexibilização do Mercosul, além de sugerir que os sócios do bloco possam trabalhar em “distintas velocidades”. Paganini citou um possível acordo comercial com a China e defendeu que futuras negociações possam ocorrer em bloco ou em caráter bilateral. A posição do chanceler foi corroborada pelo presidente Lacalle Pou, que reforçou os vínculos entre Pequim e Montevidéu, além de criticar a falta de vontade dos demais membros do Mercosul para avançar nessa agenda. Sobre o referendo de Essequibo, o presidente Lula expressou preocupação e disse que “o Mercosul não pode ficar alheio à situação”. O mandatário brasileiro pontuou não querer que o tema “contamine a retomada do processo de integração regional” ou constitua uma “ameaça à paz e a estabilidade” da região. Lula propôs, então, que a Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) sejam mobilizadas como instâncias mediadoras. Em uma declaração sobre o caso, os países do Mercosul, juntamente com Chile, Colômbia, Equador e Peru, alertaram que “ações unilaterais” devem ser evitadas e propuseram o diálogo e a solução pacífica de controvérsias como caminhos possíveis. No dia 8 de dezembro, a Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou uma nota classificando o referendo de Essequibo como “ilegal e ilegítimo”, com críticas a postura “agressiva” e “antidemocrática” do governo venezuelano. Em 20 de dezembro, Celso Amorim, Chefe da Assessoria Especial da Presidência do Brasil, disse que o caso de Essequibo não deve ser levado à OEA, e sim resolvido em um contexto latino-americano, pois a entrada de uma superpotência, como os Estados Unidos, poderia acirrar os ânimos das negociações e introduzir questões geopolíticas alheias ao caso.

Fontes: [GUB.UY](#), 06/12/2023; [CNN Brasil](#), 07/12/2023; [Brasil de Fato](#), 07/12/2023; [Agência Brasil](#), 08/12/2023; [Grupo Multimedio](#), 08/12/2023; [Poder 360](#), 20/12/2023.

Presidentes de Venezuela e Guiana se encontram e tensão diminui

Os presidentes Nicolás Maduro, da Venezuela, e Irfaan Ali, da Guiana, se encontraram no dia 14 de dezembro, em São Vicente e Granadinas. As tensões entre os dois países estavam crescendo desde que o governo venezuelano convocou um referendo sobre a região de Essequibo - território pertencente à Guiana, mas alvo de disputa entre os dois países. Além do novo mapa, Maduro também anunciou a indicação de um general para governar provisoriamente a região, e pediu que a estatal petrolífera venezuelana distribuisse licenças para exploração de petróleo no território. Em reação, no dia 7 de dezembro, a Guiana realizou exercícios militares aéreos, em conjunto com o Comando Sul dos EUA (US Southern Command). A possibilidade de instalação de uma base estadunidense no território guianês também foi cogitada. No dia 8 de dezembro, a questão foi discutida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas sem resolução. As tensões, no entanto, diminuíram com o encontro realizado no dia 14. O encontro foi anunciado após conversa telefônica entre Maduro e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Os presidentes de Venezuela e Guiana assinaram uma declaração concordando em não ameaçar ou utilizar a força para solucionar a disputa, e a Assembleia Nacional da Venezuela adiou a aprovação da lei que anexaria o território de Essequibo. O assessor para assuntos internacionais da presidência brasileira, Celso Amorim, esteve presente como moderador, e um novo encontro entre representantes venezuelanos e guianenses deve ocorrer dentro de três meses, no Brasil. O conflito, no entanto, permanece ativo. No dia 24 de dezembro, a marinha britânica anunciou o envio de um navio de patrulha para a costa guianense. O governo venezuelano classificou o ato como uma provocação.

Fontes: [El Nacional](#), 05/12/2023; [Nexo](#), 07/12/2023; [Estadão](#), 08/12/2023; [O Globo](#), 09/12/2023; [Folha de S. Paulo](#), 12/12/2023; [Folha de S. Paulo](#), 14/12/2023; [Estadão](#), 14/12/2023; [El País](#), 15/12/2023; [G1](#), 24/12/2023.

Índia defende reequilíbrio e multipolaridade durante encontro estratégico com Rússia

No dia 25 de dezembro de 2023, o Ministro das Relações Exteriores da Índia, Subrahmanyam Jaishankar, chegou a Moscou para uma visita

oficial de cinco dias, onde se reuniu com diversos dignitários russos. O Ministro se encontrou com o presidente russo, Vladimir Putin, onde ressaltou o progresso nas relações econômicas entre os dois países. Esse foi o primeiro encontro bilateral entre as duas potências desde que a guerra na Ucrânia eclodiu em 2022. Jaishankar também se encontrou com o vice-primeiro-ministro Denis Manturov da Rússia, onde voltou a falar sobre cooperação econômica bilateral entre os dois países. Ressaltou o progresso nos setores de energia, aviação civil e domínios nucleares e afirmou que a relação entre a Índia e a Rússia não é apenas uma questão de diplomacia ou economia, é algo muito mais profundo. O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, reagiu ao encontro após conversações com seu homólogo indiano, afirmando que o avanço da cooperação é de natureza estratégica, de interesse de ambos e ajudaria a garantir a segurança no continente euro-asiático. O encontro também foi marcado pela assinatura de acordos ligados à construção de novos reatores nas instalações de Kudankulam, em Tamil Nadu. Segundo o Ministério das Relações Exteriores da Índia, durante a visita foram assinados três documentos relativos à planta da usina, bem como um Memorando de Entendimento sobre cooperação em produtos farmacêuticos e de saúde e um Protocolo sobre Consultas do Ministério das Relações Exteriores.

Fontes: [Reuters](#), 26/12/2023; [Reuters](#), 27/12/2023; [VOA News](#), 28/12/2023; [NDTV](#), 29/12/2023; [WNN](#), 03/01/2024.

Expansão dos BRICS, conflito com a Ucrânia e presença na África voltam à pauta russa

Ao comentar sobre a expansão dos BRICS, o chanceler russo Sergey Lavrov afirmou, no dia 27 de dezembro, que o PIB agregado dos países membros do novo agrupamento excederá significativamente o dos países do G7. A fala se deu em conferência conjunta com seu homólogo indiano Subrahmanyam Jaishankar e Lavrov fez questão de pontuar que a relevância dos países do Sul Global na economia mundial está em franco crescimento, associando isto ao que chamou de “numerosos erros e medidas inaceitáveis por parte dos Estados Unidos e dos seus aliados”. Ainda no mesmo encontro bilateral, o chanceler voltou a comentar sobre o conflito com a Ucrânia e afirmou que o regime do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, opera dentro de uma retórica de guerra, sem interesse pela paz. Poucos dias depois, em 30

de dezembro, foram realizados ataques ucranianos contra o centro da cidade russa de Belgorod, deixando ao menos 45 civis feridos. Esse, que se tratou do primeiro contra-ataque efetivo ucraniano dentro dos últimos dois meses, acabou cancelando as celebrações do Natal Ortodoxo na região, tradicionalmente celebrado nas noites do dia 6 de janeiro. O mês de dezembro também marcou uma importante expansão da influência russa no continente africano, segundo Alexey Saltykov, embaixador russo na Costa do Marfim e Burkina Faso. Dois fatores se destacam nesse contexto: a reabertura da embaixada russa na Guiné Equatorial e a entrega do “Prêmio Internacional Vladimir Putin” destinado a laurear aqueles comprometidos com a “luta de libertação dos povos africanos”, segundo palavras do idealizador Sylvain Takoue, escritor costa-marfinense. Takoue é membro do movimento Apoio Total a Vladimir Putin em África (SOTOVPOA) e celebrou o aceite da capital burquinense em sediar a cerimônia de premiação.

Fontes: [TASS](#), 27/12/2023; [TASS](#), 27/12/2023; [TASS](#), 28/12/2023; [TASS](#), 28/12/2023; [The Moscow Times](#), 06/01/2024.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

